

BRASIL, UM PAÍS DOENTE: O RACISMO CIENTÍFICO NO FINAL DO SÉCULO XIX

BRAZIL, A SICK COUNTRY: SCIENTIFIC RACISM AT THE END OF THE 19th CENTURY

Ana Cláudia Fabre Eltermann¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: No presente artigo, temos como objetivo discutir a relação entre raça e doença nos discursos dos intelectuais no final do século XIX no Brasil. Para tanto, pretendemos olhar, especialmente, para os discursos dos médicos-cientistas do período, que procuraram relacionar as supostas mazelas do país com as raças e a mestiçagem. O período foi marcado por discursos rácio-biológicos, baseados na teoria do evolucionismo social, que buscaram hierarquizar as raças a partir de diversas categorias, tais como civilizado/primitivo, evoluído/atrasado, perfeito/defeituoso. Devido a isso, o negro e o mestiço foram considerados, assim, fatores que levavam à degeneração – física, mental e cultural – da população brasileira. Como o Brasil era considerado uma nação mestiça, esses discursos acabaram por se deslocar do indivíduo para a sociedade, de forma que a nação também foi pensada através de categorias raciais. Com esse estudo, pretendemos mostrar como a ciência brasileira contribuiu para a manutenção e reprodução do racismo, em diversos níveis.

Palavras-chave: Racismo; Evolucionismo social; Século XIX; Medicina.

Abstract: In this article, we aim to discuss the relation between race and disease in the speeches of intellectuals at the end of the 19th century in Brazil. Therefore, we intend to look, especially, at the speeches of the medical-scientists of the period, who sought to relate supposed diseases of the country with races and miscegenation. The period was marked by ratio-biological discourses, based on the theory of social evolutionism, which sought to hierarchize the races from different categories, such as civilized / primitive, evolved / backward, perfect / defective. Because of this, the black and the mestizo were considered, thus, factors that led to the degeneration - physical, mental and cultural - of the Brazilian population. As Brazil was considered a mestizo nation, these speeches ended up moving from the individual to society, so that the nation was also thought through racial categories. With this study, we intend to show how Brazilian science contributed to the maintenance and reproduction of racism, at different levels.

Keywords: Racism; Social evolutionism; XIX century; Medicine.

Submetido em 30 de janeiro de 2021.

Aprovado em dia de mês de 2021.

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ana_eltermann@hotmail.com.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre raça e doença presentes nos discursos dos intelectuais brasileiros no final do século XIX. Para tanto, pretendemos olhar para os discursos dos médicos-cientistas do período, que procuraram relacionar as supostas mazelas que assolavam o país com as raças e a mestiçagem. O período foi marcado por discursos rário-biológicos, baseados na teoria do evolucionismo social, que buscavam hierarquizar as raças a partir de categorias como civilizado/primitivo, evoluído/atrasado, perfeito/defeituoso. Sendo o Brasil considerado mestiço, esses discursos acabaram por se deslocar do indivíduo para a sociedade, de modo que a nação também foi pensada através de categorias raciais. Além disso, a língua acabou também sendo pensada por meio dessa visão evolucionista.

No presente texto, veremos como se deu o processo de discursivização sobre as raças no Brasil do século XIX, em especial aquele operado pelos intelectuais da área médica. Nesse período, de acordo com Almeida (2019), as características físicas e sociais de seres humanos de determinadas culturas foram associadas com animais ou mesmo insetos, a partir de um processo de desumanização que ainda ressoa nos dias de hoje. Argumentamos que a desumanização do negro passou também por um discurso, da ciência brasileira, que o relacionou às doenças e à degeneração.

Observamos, dessa forma, baseados em Almeida (2019), que o racismo foi e é estrutural, ou seja, “ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”, fornecendo “o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência” (ALMEIDA, 2019, p. 20-21). O racismo não é, portanto, exceção, mas sim regra, e é criado e recriado a todo momento. Nesse sentido, todos os indivíduos e instituições que não tratam de maneira ativa o problema da desigualdade racial, acabam reproduzindo práticas racistas.

De acordo com Nascimento (2019), um dos maiores objetivos na luta antirracista, hoje, é desnudar a branquitude e dar a ver a racialização que foi realizada do negro pelo branco e a não autorracialização do branco. Para isso, precisamos admitir o papel da língua na materialização das formas de dominação, que se produzem a partir de condições históricas, econômicas, culturais e políticas. Sendo assim, não podemos mais admitir uma neutralidade nos estudos linguísticos, pois devemos considerar que as línguas não são neutras, assim como não o são os sujeitos que as falam (NASCIMENTO, 2019).

Da mesma forma, Makoni e Pennycook (2020) afirmam que o primeiro passo para se repensar a linguística em um nível global é a tomada de consciência de que a área foi cúmplice da história do colonialismo e do capitalismo. O colonialismo produziu diversas imagens racializadas do colonizado, a partir do “mito do nativo preguiçoso”, que usavam para justificar as diversas formas de exploração laborais. O colonizado foi sempre considerado atrasado, primitivo, supersticioso e impuro, comparado ao colonizador. Nesse processo, a Europa sempre se colocou como a contrapartida aos outros, que caracterizou como inferiores. No Brasil, os intelectuais brancos também utilizaram dessa estratégia para inferiorizar as populações negras e exaltarem a si mesmos, o que permaneceu muito após o fim do período colonial.

Veremos, a seguir, como se deu esse processo no século XIX, a partir das ideias do evolucionismo social.

1. O evolucionismo social e o “problema” da mestiçagem

As teorias raciológicas apareceram, na Europa, em meados do século XIX, a partir de pesquisas que buscavam explicar diferenças biológicas entre as raças. Nesse período, surgiu, por exemplo, a técnica de medição craniana de Retzius, de 1842, e os estudos de Pierre Borca, especialista em craniologia e fundador da primeira sociedade de antropologia, em 1859, em Paris (ORTIZ, 1986). Os estudos de craniometria defenderam, por meio de métodos distorcidos e manipulados, que era possível hierarquizar as populações cultural e socialmente a partir das medidas do crânio. Em *Types of mankind* (1854), Nott e Gliddon apresentam uma figura de crânios de brancos e negros, em que o primeiro é considerado “normal” e o segundo é comparado a um crânio de chimpanzé, a partir da distorção da imagem do crânio e da mandíbula do negro, falsamente distendido.

No final do século XIX, as teorias do evolucionismo social começaram a chegar no Brasil, de forma tardia. Como mostra Ortiz (1986), no momento em que os estudiosos brasileiros escrevem a partir dessas teorias, elas já estão perdendo espaço na Europa: Boas substitui a noção de raça pela de cultura na década de 1890; Topinard afirma uma dificuldade de assimilar a raça às nacionalidades, em 1892. O que há, dessa forma, não é uma cópia passiva de teorias europeias pelos intelectuais do Brasil, mas sim uma seleção deliberada (ORTIZ, 1986), a partir de demandas existentes, isto é, a construção de um Estado nacional racista.

Partindo do evolucionismo biológico de Darwin, ou seja, da ideia de que os organismos mudavam a partir da transformação de características hereditárias ao longo das gerações, o evolucionismo social postulava que as sociedades também evoluíam de um estado primitivo para um civilizado. Assim, acreditava-se que, se os organismos se desenvolviam com o passar do tempo, as sociedades também podiam.

De acordo com Ortiz (1986), o evolucionismo social permitiu que as elites europeias afirmassem sua superioridade, com o argumento de que havia uma progressão natural dos povos, em que eles mesmos estariam no topo da civilização. A teoria legitimou, assim, a posição hegemônica da Europa e do branco no mundo ocidental.

No Brasil, a importação dessas teorias se tornava um problema, pois o país era considerado emergente e, portanto, inferior em relação à Europa. A solução encontrada foi explicar esse suposto atraso e encontrar uma solução futura, que permitisse ao Brasil progredir e se tornar uma nação de fato (ORTIZ, 1986). A partir dessas ideias, a mestiçagem foi considerada um dos fatores para o retrocesso do país e encarada como uma barreira para a civilização. No final do século XIX, o Brasil era considerado um caso singular de multietnicidade e extremada miscigenação racial (SCHWARCZ, 1993), sendo visto, desse modo, como um “país doente”, devido à mistura de raças, vista como um mal. Assim, afirma Schwarcz (1993, p. 314) que “se o conjunto dos modelos evolucionistas levava a crer que o progresso e a civilização eram inevitáveis, concluía também que a mistura de espécies heterogêneas era sempre um erro, que gerava não só a degeneração do indivíduo como de toda a coletividade”.

Como exemplo, podemos citar o pesquisador suíço Louis Agassiz, que foi um dos principais defensores do racismo científico e veio ao Brasil em 1865 em uma expedição, onde fez estudos sobre os mestiços brasileiros. Ele considerava os negros inferiores e acreditava que a miscigenação era um fator para a degeneração da humanidade. Em sua obra, afirmou:

Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental. (AGASSIZ, 1868 apud SCHWARCZ, 1993, p. 17)

O resultado de não interrompidas alianças entre sangues mistos é uma classe de homens nos quais o tipo puro desapareceu, e como ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar um povo degenerado, tão repulsivo como esses cães, produto de uma cadela de caça, como um gozo, com horror dos animais da sua espécie, entre os quais é impossível descobrir um único indivíduo tendo conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de

tipo puro o companheiro e o favorito do homem civilizado. (AGASSIZ, apud RODRIGUES, 2011 [1894], p. 56)

Assim, para Agassiz, a mestiçagem somente poderia produzir a degeneração, com a reunião de todas as qualidades negativas das diversas raças. São extremamente violentas as suas qualificações, comparando pessoas a animais e utilizando termos como “degenerado” e “repulsivo”.

Nina Rodrigues, em um estudo de 1899, cita outros diversos estudos feitos por pesquisadores europeus que abordaram essa relação entre mestiçagem e degeneração, o que indica o destaque que o país ocupava nesses debates:

No trabalho que publicou em 1855, Gobineau já fazia um quadro bem negro da decadência dos mestiços sul-americanos. Mas em 1861, Quatrefages invocava, precisamente contra ele, o exemplo da América do Sul a favor do sucesso completo da mestiçagem e punha em relevo a intrepidez e a energia da empresa dos paulistas brasileiros. Mais tarde, em 1863, é Agassiz que por sua vez vê a mestiçagem como a causa fundamental da decadência miserável dos mestiços do vale amazônico. Sem ir mais longe, recentemente vemos Gustave Le Bon considerar as repúblicas sul-americanas a prova incontestável da influência social desastrosa dos mestiços, ao passo que Keane os apresenta como a prova não menos conclusiva das vantagens da mestiçagem. (RODRIGUES, 2008 [1899], p. 1153)

Da mesma forma, Sílvio Romero² (1888) afirmou que embora o país não fosse constituído por uma só raça, isso aconteceria em tempos futuros, em que brancos, negros e indígenas “puros” tenderiam a desaparecer: “consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento” (ROMERO, 1888, p. 20). A mestiçagem era considerada uma deturpação da raça, tornando-a deficiente. A “cura” se daria, nessa perspectiva, com a imigração de um contingente populacional europeu, que supostamente branquearia a população brasileira.

Nesse contexto, ganha importância a figura do médico, escolhido para intervir na sociedade e impedir um suposto enfraquecimento biológico da população.

2. O médico e a “cura” social

O médico, no final do século XIX, ganha um novo papel na sociedade brasileira. Além de curar doenças e epidemias, deveria também curar a sociedade. Ele passa a ser, dessa forma, também um pesquisador e cientista social, capaz de modificar a realidade.

² É importante ressaltar que a posição de Romero sobre a mestiçagem é bastante ambígua, ora fazendo elogios ao mestiço, ora culpando-o dos problemas do país e ansiando por um futuro de branqueamento.

Nesse momento, havia apenas duas escolas de medicina no país, uma localizada na Bahia e outra no Rio de Janeiro. Segundo Schwarcz (1993), especialmente na Faculdade de Medicina da Bahia, os médicos estabeleceram uma relação entre doenças e raças, sendo as últimas consideradas fatores condicionantes para as enfermidades. O negro era visto como o problema do Brasil e como um fator para a sua inferioridade, enquanto que a mestiçagem era considerada o maior mal do país, devido ao cruzamento de raças, apontado como um problema. Para a medicina baiana, o cruzamento racial poderia explicar a criminalidade, a loucura e a degeneração. No Rio de Janeiro, os médicos apontavam que o convívio entre as diferentes raças seria responsável pelo surgimento de doenças, o que levaria também à impossibilidade de uma perfectibilidade biológica (SCHWARCZ, 1993).

Conforme Corrêa (2001), a medicina brasileira, principalmente a baiana, procurava respostas para as desigualdades sociais que existiam após a abolição e instauração da república. O foco desloca-se, assim, da doença para o doente, de modo que o conhecimento do humano – sua alimentação, moradia, etc. – atrelado à questão racial, ganha importância (CORRÊA, 2001).

A sociedade, a partir das teorias evolucionistas, é comparada a um corpo humano; da mesma forma que um indivíduo nasce, se desenvolve, adocece e morre, a sociedade passaria pelos mesmos processos. O Brasil era visto como uma nação em formação e uma nação doente, que precisava de intervenção para chegar a um estágio avançado. O médico se torna, assim, aquele que, além de prevenir e curar doenças no indivíduo, é capaz também de fazer o mesmo com a sociedade, se tornando assim uma mistura de médico e cientista social. O foco desloca-se do indivíduo para a coletividade. O objetivo era, dessa forma, a cura para o “país doente”, a partir de um projeto médico-eugênico que buscava a eliminação da parte “doente” do país (SCHWARCZ, 1993; CORRÊA, 2001).

Para isso, os médicos procuraram perceber como as moléstias se manifestavam nos diferentes tipos raciais. Queriam explicar como as diferenças entre as raças – sendo elas físicas, psíquicas ou mesmo de hábitos – permitiam diferentes predisposições às doenças.

São diversos os exemplos de estudos relacionando doenças e raças feitos nesse período por médicos no Brasil. Maio (2010), baseado nas pesquisas de Chalhoub (1996), discute como, a partir dos anos 1840, com a ocorrência de surtos de febre amarela e cólera, os pesquisadores brasileiros procuraram relacionar a febre amarela com a escravidão. Na

visão deles, os negros seriam responsáveis pela transmissão da doença, embora não contraíssem a sua forma grave, diferentemente dos imigrantes europeus, entre os quais a doença se alastrava. A explicação estaria em uma maior resistência imunológica dos africanos, devido a uma experiência anterior com a doença em suas regiões de origem, no continente africano, e a sua adaptação à moléstia.

Outro exemplo é a tese de Júlio de Moura, *Hipoemia intertropical com ankilostomum duodenale*, de 1875, que buscou explicar as causas para uma doença no sangue. Entre elas, em sua visão, estava o calor atmosférico do país – “pelo facto de sua dilatação o ar se torna mais rarefeito, e por conseguinte debaixo de um mesmo volume contém menor quantidade de oxygenio” (MOURA, 1875, p. 24) – e as raças – “se esses individuos parecem offerecer exemplos de uma degeneração da raça, elles não devem ser todos considerados enfermos” (MOURA, 1875, p. 28).

Em relação ao clima, no entanto, Moura explica que a diminuição dos glóbulos no sangue não consiste em uma moléstia, mas sim em um processo adaptativo do corpo para a manutenção da saúde. No entanto, disso resultaria “a languidez e a lentidão [...] característico dos individuos que habitam os trópicos” (MOURA, 1875, p. 27), o que evidencia o aval da ciência médica no processo de inferiorização do brasileiro frente ao europeu. Sobre a questão da raça, o negro seria aquele que estaria mais habilitado a resistir à influência do clima quente, por já estar a ele habituado: “seu organismo possui as qualidades necessarios para resistir a acção do clima, para ser [...] refractario ao calor” (MOURA, 1875, p. 37).

Assim, além das raças, outro fator era considerado na análise da sociedade brasileira: o meio e, relacionado a ele, o clima. Por influência do naturalismo, que vinha do século XVIII, a raça e o clima eram considerados fatores que justificavam a degeneração no campo científico e foram utilizados pelos pesquisadores brasileiros. É o chamado determinismo geográfico, cujos representantes mais importantes são Ratzel e Buckle, que acreditavam que os fatores climáticos afetavam o desenvolvimento cultural de uma nação (BEZERRA, 2020).

Jansen Ferreira afirmou particularidades da raça negra na ginecologia, em sua tese *Do parto e suas consequências na espécie negra* (1887). No prefácio, Ferreira já estabelece a relação entre seu estudo médico com os estudos antropológicos sobre o negro: “escolhemos este assumpto na persuasão de poder reunir estudos interessantes,

feitos entre nós, sobre a raça negra, e com esse fim recorreremos as fontes que nos poderão fornecer dados anthropologicos” (FERREIRA, 1887, p. 1).

Ao tratar do tamanho da bacia humana, ele citou alguns estudos feitos anteriormente que vinculavam o seu tamanho de acordo com as raças. Um deles, feito em 1817 por Cuvier, a partir da descrição da chamada “Vênus Hotentote”³, analisou e percebeu diferenças na bacia da mulher aproximando-a da fêmea do macaco. Outros estudos citados por ele – como o de Vrolick (1826), o de Weber (1830), o de Joulin (1864), entre outros – também diferenciaram as bacias de acordo com as raças, dividindo-as em grupos, alguns inclusive relacionando-as com o tamanho da cabeça. Após esse apanhado, Ferreira faz sua própria descrição, diferenciando a anatomia entre as duas raças.

Ao tratar do parto, Ferreira cita alguns estudos que afirmam que as mulheres africanas sentem menos dor do que as mulheres brancas. Assim, ele diferencia a mulher “da cidade” da “mulher selvagem”:

É de corrente observação, que as mulheres das cidades, educadas no rigor da civilização, têm os seus partos mais demorados do que as que vivem no campo. Entre os selvagens tem-se observado que tanto é certo que, os partos não são mui penosos, que as mulheres apenas o delivramento se conclue entregão-se aos seus rudes trabalhos. É de observação que até mesmo animaes não domesticados, vivendo nas florestas, soffrem a parturição sem dôr, porém em se domesticando mostrão suffer nem só a dôr, como uma parturição demorada. (FERREIRA, 1887, p. 33)

Observamos, assim, que mesmo estudos sobre a dor do parto foram manipulados para justificar a inferiorização do negro, afirmando uma suposta disposição natural para o trabalho físico e ausência de dor ao sofrer a violência. Ferreira reforça ainda mais essa inferiorização ao comparar as mulheres negras com animais, o que pode ser relacionado ao próprio pensamento evolucionista da época, que colocava os brancos em um extremo de civilização e os negros no extremo oposto, de primitivismo.

Em outro momento, Ferreira inclusive relaciona o que ele considera uma menor predisposição à dor do negro à sua suposta inteligência inferior, reforçando ainda mais o seu discurso racista:

³ Saartjie Baartman foi uma mulher negra do povo khoisan que foi exibida como aberração na Europa, no século XIX, sob esse nome. O que se buscava era uma comparação entre a mulher africana considerada “anormal” e a suposta “normalidade” da mulher branca. Baartman, assim, sofreu inúmeras violências pela exploração do seu corpo. O nome “hotentote”, que era utilizado para o povo khoi, é considerado um termo ofensivo, por significar “gago” em neerlandês.

Outros admitem que haja uma disposição anatomica especial ao negro na terminação peripherica dos nervos, que sendo o meio pelo qual se communicão as impressões externas ao cerebro, explica a pequena ou a menor percepção e portanto – o desenvolvimento intellectual do negro inferior ao das outras raças. (FERREIRA, 1887, p. 35)

Podemos perceber que mesmo uma suposta vantagem do negro em relação ao branco – a dita maior facilidade no parto – é revertida em benefício do branco. Assim, em nenhum momento o negro podia ser considerado superior; os discursos dos médicos-anthropólogos⁴ reforçavam estereótipos que vinculavam o negro ao trabalho, à selvageria e ao primitivismo e o branco ao comando, ao progresso e à civilização. Observamos, assim, como a ciência brasileira foi construída em bases racistas extremamente violentas.

Nina Rodrigues fez uma crítica ao trabalho de Jansen Ferreira, por ele “não discriminar as raças negras puras, das raças negras por cruzamento e nestas os produtos do cruzamento das raças negras, com esta ou aquela outra raça” (RODRIGUES, 2006 [1890], p. 129). Em sua visão, o estudo de Ferreira trazia observações que se referiam aos mestiços de negros e não aos “verdadeiros” negros. Percebemos, assim, como ideais de pureza estavam presentes nos discursos daquele momento, especialmente nos de Nina Rodrigues.

Moura Brasil, que foi patrono de uma das cadeiras da Academia Nacional de Medicina, em sua clínica oftalmológica, também foi um dos que relacionou o negro com a ocorrência de doenças, como em sua pesquisa intitulada *Estudo do campo visual nas diversas raças do Brazil* (1889), em que afirmou uma tendência ao glaucoma na população negra. Paula Rodrigues, da mesma forma, realizou uma pesquisa sobre o glaucoma em 1887, comparando com as diferentes raças (RODRIGUES, 2006).

Outros trabalhos ainda poderiam ser citados: o de Érico Coelho, que foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que fez uma relação entre o puerperismo e as três raças (mencionado por Nina Rodrigues em *Os mestiços brasileiros*⁵); o estudo *Influência das raças sobre a alienação mental*, de Teixeira Brandão (mencionado na *Gazeta Médica da Bahia*, n. 19, 1888, p. 571); e as estatísticas de leprosos do hospital dos lázaros do Rio de Janeiro, feitas por Azevedo Lima, em relatório de 1887.

⁴ Termo utilizado por Corrêa (2001).

⁵ Publicado pela primeira vez no *Brasil Médico* de 1890, n^{os} 7, de 22 de fevereiro, 8, de 1 de março, e 10, de 13 de março.

Percebemos, dessa forma, a profusão de discursos rácio-biológicos presentes no século XIX, que reforçaram hierarquias entre negros e brancos.

A seguir, trataremos mais especificamente das pesquisas de Nina Rodrigues.

3. As pesquisas de Nina Rodrigues

Uma figura de destaque, nesse momento, foi a do médico Nina Rodrigues, que foi professor na Faculdade de Medicina da Bahia e desenvolveu diversos trabalhos sobre a população negra e mestiça em Salvador. Suas pesquisas influenciaram diversos estudos realizados no Brasil, através da chamada “Escola Nina Rodrigues”, especialmente aquelas relacionadas à perícia médico-legal e às questões raciais.

Seus últimos trabalhos foram recaindo, cada vez mais, na sociologia, de modo que o foco se deslocou dos sinais físicos da doença para as relações sociais do indivíduo analisado. Assim, diversos foram os seus trabalhos que descreviam a alimentação, a habitação, as condições de higiene e a composição étnica do povo brasileiro. O que Rodrigues procurava eram os sinais considerados desviantes, buscando intervir na realidade social. Para isso, defendia que a raça e a cultura eram parte de um mesmo problema e acreditava na interligação entre o psiquismo e o social (CORRÊA, 2001; SCHWARCZ, 1993).

A partir dessa relação, chegou à conclusão, como outros de seu tempo, que deveria haver uma ligação entre os aspectos físicos do corpo e certas propensões a patologias. Procurou, portanto, utilizar as categorias raciais também para explicar seus trabalhos na área médica. Tornou-se, assim, um importante nome na pesquisa sobre o negro brasileiro. Em sua mais importante obra, *Os africanos no Brasil*, publicada décadas após o seu falecimento, em 1906, Rodrigues especifica o papel do médico nos estudos sobre raça:

Bem arredo do meu espírito andava, por certo, o pensamento de que os modestos ensaios, tentados em 1890 a benefício da clínica sobre imunidades mórbidas das raças brasileiras e, mais tarde, prosseguidos nas suas aplicações médico-legais às variações étnicas da imputabilidade e da responsabilidade penal, viessem colocar-me um dia face a face com essa esfinge do nosso futuro — o problema “o Negro” no Brasil. Mas a ampliação do quadro não fez ao médico perder de vista o seu objetivo. Ao contrário foi este que, como fio condutor, o levou a sentir e a tocar, no âmago de uma população de aparências juvenis e vigorosas, possíveis germes de precoce decadência que mereciam sabidos e estudados, em busca de reparação e profilaxia. Ao restrito e primitivo intuito do perito, forrava agora uma transcendente questão de higiene social. E numa e noutra face o problema deixava ao médico a sua inteira liberdade de ação. (RODRIGUES, 2010 [1932], p. 9)

Como apresentou Bezerra (2020), em seu primeiro trabalho após a sua tese, *Contribuição para o estudo da lepra no estado do Maranhão* (1888), publicado na Gazeta Médica entre 1888 e 1890, Nina Rodrigues fez uma pesquisa sobre a lepra e a relacionou com as diferentes raças, contestando a comunidade médica, que afirmava uma maior incidência de lepra em negros. Concluiu, assim, que a doença se manifestaria igualmente em todas as raças ditas puras, com exceção do indígena, que seria, de acordo com o que ele observava, imune.

No entanto, ao analisar o número de mestiços de negros com indígenas, o pesquisador observou que o número de diagnósticos de lepra era semelhante ao dos negros ou de outros mestiços. Concluía, portanto, de forma pessimista, que “De tal sorte, que por infelicidade não só as americanas do grupo brazilio-guarani não nos transmitiram a imunidade para a lepra de que gozam, mas nem mesmo a imunidade média como seria natural cruzando-se com raças predispostas” (RODRIGUES, 1888, p. 368 apud BEZERRA, 2020, p. 10). Segundo Bezerra (2020), no século XIX, o conceito de “herança mórbida”, ou seja, a crença de que as doenças eram reproduzidas hereditariamente, se tornaria famoso. No Brasil, a conclusão de Nina Rodrigues era a de que o mestiçamento provocaria, mais facilmente, a reprodução de doenças, por não transmitir seus aspectos positivos, como a imunidade, mas sim a predisposição a elas.

Desse modo, a mistura de raças era, em sua visão, a causa para a degeneração do indivíduo, capaz de causar debilidade física, mental e cultural. O problema não estava nas raças negras ditas “puras”, mas sim na variedade étnica do país. Seu interesse recaía, portanto, no pós-abolição, momento em que os negros passavam a participar da sociedade civil (CÔRREA, 2001). Esse era “o grande horror que ele denunciaria sem tréguas: a possibilidade de o negro transformar o branco, alterá-lo, torná-lo outro” (CORRÊA, 2001, p. 135).

No entanto, nem sempre essa mistura era considerada ruim. Em *A loucura epidêmica de Canudos*⁶, Nina Rodrigues compara dois tipos distintos de mestiçagem: o jagunço e o mestiço do litoral. O primeiro seria resultado de uma mestiçagem positiva, que teria preservado as qualidades dos seus ascendentes; o segundo seria resultado de uma mestiçagem negativa, que teria levado à degeneração:

⁶ O texto foi publicado pela primeira vez na *Revista Brasileira*, III Ano, tomo XII, p. 69, em 1 de novembro de 1897 e nos *Annales médico-psychologiques* de Paris, em maio/junho de 1890.

Pelo lado etnológico não é jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representa-o em rigor o mestiço do sertão que soube acomodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita. Muito diferente é o mestiço do litoral que a aguardente, o ambiente das cidades, a luta pela vida mais intelectual do que física, uma civilização superior às exigências da sua organização física e mental, enfraqueceram, abastardaram, acentuando a nota degenerativa que já resulta do simples cruzamento de raças antropológicamente muito diferentes, e criando, numa regra geral que conhece muitas exceções, esses tipos imprestáveis e sem virilidade que vão desde os degenerados inferiores, verdadeiros produtos patológicos, até esses talentos tão fáceis, superficiais e palavrosos quanto abúlicos e improdutivos, nos quais os lampejos de uma inteligência vivaz e de curto voo, correm parelhas com a falta de energia e até de perfeito equilíbrio moral. (RODRIGUES, 2006, p. 49)

No trecho, é possível visualizar as qualificações racistas presentes em Nina Rodrigues sobre os chamados mestiços do litoral, tais como: imprestáveis, sem virilidade, produtos patológicos, abúlicos, improdutivos, etc. O corpo do mestiço, naquele momento, era visto e construído, assim, como um corpo falho, que poderia reunir todos os considerados defeitos das raças ditas puras. Era considerado um corpo doente e deficitário e a sociedade brasileira, da mesma forma, apresentaria essa deficiência.

Em *Mestiçagem, degenerescência e crime* (1899), ao fazer uma pesquisa sobre a comunidade de Serrinha, na Bahia, que era uma “localidade na qual os mestiços brasileiros constituem uma população capaz de oferecer esperanças de futuro” (RODRIGUES, 2008 [1899], p. 1155), Rodrigues conclui, apesar disso, que a mestiçagem é a causa para a degeneração da sociedade. Serrinha, na qual habitavam predominantemente pardos e negros, era conhecida por possuir uma população trabalhadora. No entanto, o pesquisador afirmou que ela não era “uma exceção à regra”, apesar da fama, pois utilizava métodos atrasados de agricultura e dificultava o progresso na região, sendo constituída, assim, de um povo “semibárbaro”. Em suas palavras, “A tendência à degenerescência é, ao contrário, tão acentuada aqui quanto poderia ser num povo decadente e esgotado. A propensão às doenças mentais, às afecções graves do sistema nervoso, à degenerescência física e psíquica é das mais acentuadas” (RODRIGUES, 2008, p. 1155). Entre os exemplos dessa degeneração, física e mental, que ele buscava afirmar, estavam “Desde verdadeiras monstruosidades até simples estigmas de degenerescência, tais como lábio leporino, palato fendido, surdo-mudez, associam-se a numerosas manifestações de degenerescência inferior” (RODRIGUES, 2008, p. 1157). Concluiu, assim, que:

O cruzamento de raças tão diferentes antropológicamente, como são as raças branca, negra e vermelha, resultou num produto desequilibrado e de frágil resistência física e

moral, não podendo se adaptar ao clima do Brasil nem às condições da luta social das raças superiores. (RODRIGUES, 2008, p. 1161)

Ressaltamos as qualificações negativas atribuídas por Rodrigues aos mestiços – “desequilibrado”, “frágil resistência física e moral” –, resultado de uma mistura considerada negativa de raças, que teria produzido, em sua visão, um tipo racial deficiente, incapaz de se aclimatar. Ele admite, no entanto, ser este um fenômeno complexo, impossível de ser reduzido a afirmações fatalistas:

A degenerescência das populações mestiças se constitui, sem dúvida, num fenômeno muito complexo que não podemos reduzir a manifestações mórbidas fatais ou irremissíveis. Proteiforme, ela pode bem tomar formas que vão desde brilhantes manifestações de inteligência – como entre os degenerados superiores, passando por uma média de capacidade social de tipo inferior, mal tocada por tendências degenerativas, que tomarão corpo mais e mais nas gerações futuras –, até as manifestações estridentes da degenerescência-enfermidade, nas quais os estigmas se impõem pelo franco desequilíbrio mental ou sob a forma impressionante de monstruosidades físicas repugnantes. (RODRIGUES, 2008, p. 1161)

Em sua visão, portanto, a mestiçagem era um processo imprevisível, capaz de resultar em uma mistura positiva ou negativa. No entanto, mesmo os ditos superiores eram considerados degenerados – os chamados “degenerados superiores”. De qualquer forma, a mestiçagem era considerada um mal. O pior tipo de cruzamento seria, para Rodrigues, aquele resultante de raças consideradas muito diferentes, de forma que seria necessário “distinguir entre o cruzamento das raças próximas e pouco diferentes e aquele de raças antropológicamente muito distintas” (RODRIGUES, 2008, p. 1163). Observamos como os corpos eram nomeados, classificados, separados e hierarquizados por Nina Rodrigues, através de um discurso racista que privilegiava e exaltava o branco.

No entanto, esse estágio degenerado, como já dito, era considerado temporário. O que se ansiava era um processo de evolução e cura, que traria um futuro de civilização. Assim, afirmou Rodrigues (2006, p. 128) que os “tipos mestiços de hoje talvez desapareçam amanhã, passando ainda por diversas formas de transição para chegar a um produto final uniforme”. A mestiçagem era vista, assim, através das lentes do evolucionismo, como uma etapa transitória, algo que poderia ser superado futuramente. Como um médico era capaz de curar o indivíduo doente, seria também capaz de auxiliar no processo de cura da sociedade.

Essa cura se daria, dessa forma, para Rodrigues, através de um projeto de branqueamento, com a imigração de brancos europeus, conforme estava acontecendo no

Sul do país. Antevia, assim, um futuro de esperança para os estados do Sul, em oposição aos do Norte, condenados pelo mestiçamento:

Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a Raça Negra, ou a submeterão, de um lado; e, de outro lado, os estados do Norte, mestiços, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, mas associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e assim, ameaçados de se converterem em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores. (RODRIGUES, 2010, p. 15-16)

Para Rodrigues, portanto, a predominância do branco levaria ao fortalecimento da nação, enquanto que o predomínio do negro levaria, ao contrário, a uma nação estéril, inerte e indolente. Isso se devia ao fato de o pesquisador acreditar que:

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que seja as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros de seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo. (RODRIGUES, 2010, p. 14-15)

Nesse sentido, “a supremacia imediata ou mediata da Raça Negra” era considerada “nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo” (RODRIGUES, 2010, p. 15). O negro era considerado, assim, uma raça inferior, em um estágio primitivo de civilização: “até hoje não se puderam os negros constituir em povos civilizados” (RODRIGUES, 2010, p. 12). Os negros, dessa forma, mesmo quando representantes de uma raça dita “pura”, eram considerados inferiores aos brancos ou mesmo aos mestiços brancos⁷ (CORRÊA, 2001).

Os discursos sobre os negros pelos intelectuais brancos foram, desse modo, extremamente cruéis, ao tratá-los como inferiores em diversos aspectos. Nina Rodrigues, portanto, contribuiu para reforçar as teorias e os estereótipos perversos de seu tempo, que violentaram a população negra.

Como afirma Corrêa (2001, p. 154), “A raça é assim o elemento crucial de seu argumento a respeito da debilidade, física e mental, da população brasileira e, finalmente, de sua debilidade cultural”. Essa debilidade cultural acaba por recair também sobre a língua.

⁷ Nina Rodrigues chamava estes de “mestiços de retorno à raça branca”, em referência ao processo de branqueamento.

4. A língua degenerada

Para Nina Rodrigues, a supremacia da raça negra no Brasil seria nociva à nacionalidade, ao progresso e à cultura. Devido a esse pensamento, se propôs a estudar também aspectos culturais do negro brasileiro, tais como a língua, as festas e as religiões. Embora reconhecesse que não tinha formação em filologia ou linguística, ele reuniu diversos documentos linguísticos para estudos, pois acreditava que o conhecimento sobre as línguas africanas permitiria a compreensão sobre as nações africanas que as falavam e sobre a influências dessas no português do Brasil.

Em sua visão, as interferências africanas no português ocasionavam “vícios” de fala e uma “corrupção” na língua da antiga metrópole: “De fato, é curioso notar que os negros têm uma tendência instintiva a aplicar ao português as regras por que se rege a gramática das suas línguas. Em alguns casos, a tendência toma uma feição tão grosseira que se impõe a exame superficial.” (RODRIGUES, 2010, p. 161). São diversas as qualificações utilizadas por ele, em sua maioria de forma pejorativa: “português cassange”, “português bunda”, “português nagô”, “português defeituoso ou incorreto dos que falam ou escrevem mal” (RODRIGUES, 2010, p. 162).

Podemos afirmar que as descrições linguísticas não são neutras e constituem uma forma de intervenção social (MAKONI; MEINHOF, 2006). A descrição de uma língua pode, nesse sentido, interferir na realidade dos sujeitos que a falam. Assim, o processo de discursivização das línguas é de natureza política (SEVERO, 2018). As qualificações atribuídas por Rodrigues ao português falado pelos negros contribuiu, dessa forma, no processo de inferiorização da população negra no Brasil, ao considerar que a língua falada por eles era “defeituosa”.

Essas qualificações negativas sobre as africanidades linguísticas se inserem em um contexto de busca por uma identidade nacional. Segundo Berenblum (2003), a relação identitária estabelecida entre língua e nacionalidade é produto de processos históricos. Para que os Estados construíssem uma imagem de nação que levasse à adesão e à lealdade de seus habitantes, era necessário inventar tradições e símbolos nacionais. Para isso, a língua se torna um elemento importante, de modo que há uma necessidade de uma unificação linguística planejada, que impõe uma variedade de língua como padrão e marginaliza outras. No entanto, é preciso não acreditar nessa homogeneização, mas percebê-la como um dispositivo discursivo:

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo diferentes formas de poder cultural. (HALL, 2015, p. 36)

Como mostra Orlandi (2005), muito se discutiu, ao longo do século XIX, sobre a língua nacional e como ela deveria ser chamada: de língua portuguesa ou de língua brasileira. O que estava em jogo era o vínculo com Portugal ou uma autonomia do Brasil. Enquanto um grupo – composto por intelectuais como Gonçalves Dias e José de Alencar – defendiam um abasileiramento da língua, embora fosse, como afirma Faraco (2001), mais um conservadorismo flexível do que uma inovação de fato, alguns gramáticos e eruditos acreditavam que “só podíamos falar uma língua, a língua portuguesa, sendo o resto apenas brasileirismos, tupinismos, escolhos ao lado da língua verdadeira” (ORLANDI, 2005, p. 29).

Os comentários de Rodrigues (2010) sobre a língua estão inseridos, portanto, em um contexto em que se buscava apagar as marcas linguísticas dos africanos e indígenas, da mesma forma que se buscava “branquear” a raça, com o objetivo de criar uma língua nacional e uma nação desvinculada dessas marcas. A pureza étnica, tão almejada naquele período, acabava, assim, por recair em um desejo por uma pureza na língua. Da mesma forma que os intelectuais reconheciam o cruzamento racial e ansiavam por um futuro de branqueamento, eles reconheciam a interferência linguística das línguas ditas “inferiores” e ansiavam por um futuro de aproximação com um padrão europeu de língua.

Portanto, diversas foram as formas de representação negativa do negro. Os estudos linguísticos contribuíram, diversas vezes, nesse processo, representando a língua dos negros e indígenas como incorretas ou inferiores. Dessa forma, conforme Nascimento (2019), a exploração do negro não se deu somente pela opressão física, mas também por um processo linguístico, simbólico e discursivo, que permitiu a emergência do racismo linguístico.

Da mesma forma, o pesquisador Sílvio Romero também afirmou uma superioridade cultural do europeu. Em sua visão, a língua portuguesa seria a “língua do vencedor”, o que condiz com a ideia de seleção natural do evolucionismo: “De todas ellas amalgamadas e fundidas em um só molde – a lingua portugueza, a lingua do vencedor, é que se formaram nos séculos seguintes as nossas canções populares. O europeu foi o concorrente mais robusto por sua cultura e o que deixou mais tradições” (ROMERO, 1888, p. 17). Ao tratar de um estudo sobre uma língua africana, chamada por ele de língua

cabinda, por exemplo, ele afirmou que ela teria um aspecto “primitivo e rudimentar”, acreditando que a língua mais “cultura” – o português – tenderia a “triunfar”.

Como podemos perceber, Romero (1888) cria uma oposição entre o que ele considera como uma língua “civilizada”, e, assim, “vitoriosa”, que seria a língua portuguesa, e uma língua “primitiva”, a língua cabinda, que seria suplantada. Trata-se de um processo de apagamento linguístico (IRVINE; GAL, 2000), que torna determinadas pessoas e suas práticas linguísticas invisíveis, a partir de uma visão totalizadora e homogeneizante. Observamos que, na visão de alguns intelectuais do período, a “solução” para um considerado “problema” do Brasil estava na busca por um “eugenismo linguístico” (SEVERO, 2018), que selecionava línguas que poderiam ou não continuar existindo.

Outro caso que podemos citar é o discurso inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 1897, em que Joaquim Nabuco, ao discutir se a literatura brasileira deveria seguir ou não os mesmos passos da literatura portuguesa, afirma, contrariamente, que, embora as literaturas devam seguir caminhos diversos, como são diversos seus destinos nacionais, o uso da língua portuguesa escrita deve se manter puro e uniforme.

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época... (NABUCO, 1897, online).

O discurso de Nabuco era permeado por ideias racistas que evidenciavam uma suposta superioridade europeia, justamente por uma imaginada pureza racial. O Brasil, ao contrário, sendo considerado um país mestiço, deveria reconhecer os portugueses como os “donos das fontes”. O português no Brasil deveria, assim, conservar as formas ditas “genuínas”, ao invés de se “contaminar” por influências das línguas africanas e indígenas.

Além disso, sobre a literatura, Nabuco afirma que ela somente poderia ser apoiada na tradição europeia, pois os outros povos presentes no país não possuíam literatura: “Julguei sempre estéril a tentativa de criarmos uma literatura sobre as tradições de raças que não tiveram nenhuma; sempre pensei que a literatura brasileira tinha que sair principalmente do nosso fundo europeu” (NABUCO, 1897, online).

Sendo assim, naquele momento, o negro, o indígena e especialmente a mistura de raças eram considerados fatores para a degeneração da população brasileira. Essa debilidade era considerada, em primeiro lugar, biológica, capaz de trazer doenças, físicas e psicológicas, mas resultava também uma debilidade cultural, que recaía sobre a língua.

Considerações finais

Procuramos mostrar a relação entre raça e doença nos discursos de intelectuais brasileiros no final do século XIX no Brasil. Olhamos, especialmente, para os discursos dos médicos-cientistas, que relacionaram as mazelas do país com as raças e a mestiçagem, a partir das ideias do evolucionismo social. Fizemos também um paralelo entre os discursos que defendiam uma pureza racial e aqueles que defendiam uma pureza linguística, a partir da eliminação das africanidades na língua. Dessa forma, os estudos linguísticos também foram influenciados por ideais evolucionistas, marginalizando as línguas dos negros do país.

Observamos, assim, que os intelectuais do período procuraram relacionar a questão racial com uma suposta debilidade – física, mental, intelectual, cultural – da população. A partir desse estudo, pudemos constatar como a ciência brasileira contribuiu para a manutenção e a reprodução do racismo em diversos níveis.

Acreditamos que nosso papel, enquanto pesquisadores contemporâneos, está em reconhecer, denunciar, desvelar e contrapor esses discursos. Somente assim teremos uma linguística consciente e comprometida com o social.

Referências

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BERENBLUM, A. *A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BEZERRA, R. S. Nina Rodrigues e a “ethnologia pathologica”: raça, meio e herança mórbida. *Anais do XIII Encontro Estadual de História ‘História e mídias: narrativas em disputa’*, Recife, 2020.
- CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2ª ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.
- FARACO, C. A. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias. *Línguas e instrumentos linguísticos (7)*, Campinas, Pontes, p. 33-52, jan.-jun. 2001.
- FERREIRA, J. J. *Do parto e suas consequências na espécie negra*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1887.

- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (org.). *Regimes of language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fe: School of American Research Press, 2000, p. 35-84.
- MAIO, M. C. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.) *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. In: LOPES, L. P. M. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. (Lingua[gem]; v. 19)
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *Innovations and challenges in applied linguistics from the Global South*. London and New York: Routledge, 2020.
- MOURA, J. R. *Hipoemia intertropical com ankilostomum duodenale*. Rio de Janeiro, RJ: Anais da Academia de Medicina, 1867.
- NABUCO, J. *Discurso de posse*. Sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, 20 de julho de 1897. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/discurso-deposse>>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- NOTT, J.; GLIDDON, G. *Types of mankind: or, ethnological researches, based upon the ancient monuments, paintings, sculptures, and crania of races, and upon their natural, geographical, philological and biblical history*. Philadelphia, PA: Lippencott & Co., 1854.
- ORLANDI, E. A língua brasileira. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, abr./jun. 2005.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.
- RODRIGUES, R. N. *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2006 [1890].
- RODRIGUES, R. N. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011 [1894].
- RODRIGUES, R. N. Mestiçagem, degenerescência e crime. *Hist. cienc. Saúde Manguinhos* [online], Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1151-1182, out./dez. 2008 [1899]. Tradução de Mariza Corrêa. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000400014>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- RODRIGUES, R. N. *Os africanos no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010 [1932].
- ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. 1888. Disponível em: <<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/344495.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SEVERO, C. Línguas e heranças africanas no Brasil: articulando política linguística e sócio-história. *Revista da Abralín*, v. XVII, n. 2, 2018.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.